

Robson Becker Loeck¹
Rogério Reus Gonçalves da Rosa²
Reinaldo Tillmann³
Adriana de Moraes Teixeira⁴

MBYÁ-GUARANI E KAINGANG FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19 NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

¹ Sociólogo e Extensionista Rural no Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Pelotas.

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT/UFPel) e coordenador do Núcleo de Etnologia Ameríndia.

³ Professor aposentado da UCPel, advogado e ativista comunitário.

⁴ Assistente social da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas.

RESUMO

O artigo analisa a relação dos Mbyá-Guarani e dos Kaingang com a Covid-19. Apresenta dados das ciências humanas sobre a presença indígena pretérita e contemporânea na região sul do Rio Grande do Sul, bem como, as políticas públicas e sociais que estão sendo implementadas a essas pessoas no enfrentamento à pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Mbyá-Guarani, Kaingang, Covid-19.

Antes de falar sobre a maneira como Mbyá-Guarani e Kaingang estão enfrentando a pandemia do Covid-19 na região sul do Rio Grande do Sul, é válido apresentar algumas informações sobre Pelotas. A mesma, trata-se de cidade polo da região e, portanto, de onde se institucionaliza o projeto “Adote Uma Família Indígena”, que será apresentado abaixo.

Conforme dados do último Censo (IBGE, 2010), o município de Pelotas tem uma população de 328.275 mil habitantes, com renda média mensal de 2,9 salários mínimos, sendo que 31,9% das pessoas possuem rendimento nominal mensal per capita até ½ salário mínimo.

Em relação ao universo de pessoas autodeclaradas “indígena” no município, o IBGE, com base em pessoas residentes em domicílios particulares, apresenta o seguinte: 13 indígenas não possuem rendimento; 24 até 1/8 de salário mínimo (SM); 95 mais de 1/4 a 1/2 SM; 256 mais de 1/2 a 1 SM; 90 mais de 1 a 2 SM; 55 mais de 2 a 3 SM; 27 mais de 3 a 5 SM; e, 35 mais de 5 a 10 SM.¹ A partir disso, é possível concluir três aspectos:

1. Tratando-se desse grupo, no total 595 pessoas se autodeclararam indígena (ou seja, número que engloba índios que vivem em aldeias e, principalmente, cidadãos brasileiros que assumem sua pertença étnica indígena), sendo que a maior parte, 388 pessoas, recebe entre 0 e 1 salário mínimo;
2. Das 595 pessoas, não está incluído o coletivo Kaingang da Gyró, pois a chegada desse grupo a Pelotas ocorreu em novembro de 2015 (DOMINGUES, 2018, p. 12);
3. A relação dos autodeclarados indígena com a população total do município é 0,18%, tratando-se, portanto, de uma minoria economicamente excluída, por sua vez, de pessoas que possuem direitos coletivos e individuais específicos, como, por exemplo, acesso à política de cotas na universidade.

Mas, apesar de ser um indicador sobre a presença indígena em Pelotas, os dados do IBGE devido os métodos adotados nada informam sobre grupo étnico, língua originária, cultura dos antepassados, relações específicas de parentesco e território – considerando-se, sobre isso, a possibilidade de alguma relação com a presença ancestral de índios na região.

Segundo artigo de Rafael Guedes Milheira, intitulado “Pelotas: 2.500 Anos de História Indígena”, baseado em materiais encontrados em sítios arqueológicos, sabe-se da relação de índios pampeanos (Charrua e Minuano) com as áreas alagadiças de Pelotas desde 2.500 anos A.P. (Antes do Presente) e, tratando-se dos Guarani, o mesmo nas margens da Laguna dos Patos, a mais de 500 anos A.P. (MILHEIRA, 2014, p. 38-43).

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/pesquisa/23/25888?detalhes=true> (Pesquisa realizada em 04 de maio de 2020).

Na Pelotas de hoje tem-se a presença Mbyá-Guarani² na Tekoá (aldeia) Kapi'i Ovy (Capim Verde), em uma área de 0,6 hectare na Colônia Santa Helena, onde vive 3 famílias e 9 pessoas, lideradas pela Cacica Santa Vilhalva. Há poucos quilômetros de distância, vivem os Kaingang³ na ãmã sî (aldeia pequena) Gyró (Pelota de Barro), uma área de 7,5 hectares na Colônia Santa Eulália, onde 13 famílias e 49 pessoas vivem sob a liderança do pã'i mág (cacique) Cezar da Silva.

Nessas duas aldeias, a produção de artesanato é a principal fonte de renda às famílias, sendo que a comercialização desse material ocorre na rodoviária, ruas centrais, calçadão e praças da cidade, não sendo raro nos mesmos locais a presença de indígenas de outras regiões do Estado, em maior número, dos municípios de Canguçu e de Rio Grande.

Com relação a isso, nos municípios vizinhos a Pelotas aparece a seguinte presença indígena:

– Rio Grande: Tekoá (aldeia) Para Rokê, espaço com 300 hectares (antiga FE-PAGRO), localidade Domingos Petrolina, onde vivem 16 famílias e 70 Mbyá-Guarani, liderados pela líder Talcira Gomes. Tekoá YYrembé, espaço de 4 hectares, localidade Domingos Petrolina, onde vivem 5 famílias e 30 Mbyá-Guarani, liderados pelo cacique Eduardo Ortiz⁴; e, ãmã sî Goj Tahn, espaço de 1 hectare⁵, situado no horto praia do Cassino, onde vivem 7 famílias e 20 Kaingang, liderados pelo cacique Claudio.

– Canguçu: Tekoá Guajavy Poty (Flor de Guajuvira), espaço com 120 hectares, situado na localidade Pantanoso, onde vivem 5 famílias e 19 Mbyá-Guarani, liderados pelo cacique Lorenzo Benitez.⁶

– Cristal: Tekoá Tavaí (Pequena Ruína), espaço com 251 hectares, situada às margens da BR 116 (Km. 423), onde vivem 5 famílias, 20 Mbyá-Guarani, liderados pelo cacique José de Souza⁷ (MEGA, 2016, p. 21).

Vejamos no próximo tópico a relação dessas pessoas com o Covid-19, além de alguns aspectos relacionados às ações do Estado brasileiro.

² Os Mbyá, falantes das línguas mbyá, português e espanhol, pertencem ao tronco lingüístico Tupi-Guarani, totalizando no Brasil uma população de mais de 7 mil pessoas. Além de aldeias no Paraguai, Argentina e Uruguai, no Brasil esses coletivos habitam nos estados do PA, TO, ES, RJ, SP, PR, SC e RS (TEMPASS, 2010, p. 13-15).

³ Os Kaingang, falantes das línguas kaingang e português, pertencem ao tronco lingüístico Macro-Jê, totalizando no Brasil uma população de 40 mil pessoas. A maior parte deles está concentrada em terras indígenas reconhecidas pela FUNAI, além da periferia dos municípios, nos estados de SP, PR, SC e RS (ROSA, 2017, p. 366-7).

⁴ Informações cedidas por Martin César Tempass (FURG), comunicação pessoal, em 08 de maio de 2020.

⁵ Durante os meses de verão, essa aldeia é compartilhada com os Kaingang de Iraí. Informação repassada por Alfredo Guilherme Martin (FURG), comunicação pessoal, em 09 de maio de 2020.

⁶ Informação repassada por Rosemeri Berguenmaier de Olanda (EMATER/RS Ascar de Canguçu), comunicação pessoal, em 09 de maio de 2020.

⁷ Informação repassada por Maria Clara Cunha Picoli (EMATER/RS Ascar de Cristal), comunicação pessoal, em 09 de maio de 2020.

A CHEGADA DO COVID-19 ONDE VIVEM OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E RS: ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICOS

Com a chegada do Covid-19 em Pelotas e região, as comunidades indígenas passaram a ter dificuldades alimentares devido à necessidade de paralisação de circulação em áreas urbanas e da venda de artesanato, como também, pela ocorrência de outro agravante, qual seja: a estiagem que prejudica a agricultura de subsistência há 5 meses. Diante dessa situação, o então cacique Pedro Salvador da Gyró escreveu:

Nossa comunidade Kaingang reside em uma área pequena, sem rios para que possamos pescar, nem áreas grandes para cultivar alimentos. A principal fonte de sustento das nossas famílias é a produção e comercialização de artesanato. Com o coronavírus as pessoas não estão saindo nas ruas e assim nossas vendas diminuíram bastante. Estamos com dificuldade de conseguir sustentar nossas famílias.

Segundo o indigenista Roberto Antônio Liebgott (Cimi-Sul), o Covid-19 afeta dramaticamente a vida dos povos indígenas, em suas palavras, “uma vez que eles sofrem os efeitos de uma história de mais de 500 anos de violências atroz e de negação dos seus direitos fundamentais à terra e à diferença”⁸.

Considerando que os povos indígenas são grupos vulneráveis em comparação às populações não indígenas situadas nas mesmas localidades, haja visto as precárias condições sociais e de saúde, o agravamento da situação sanitária dessas pessoas no norte do Brasil e a ineficiência do Governo Federal seja no combate a pandemia seja na proteção dos seus territórios, o Ministério Público Federal, em documento intitulado Recomendação nº 11/2020-MPF, solicitou à Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde:

Em parceria com a SESAI e FUNAI, forneça alimentos e materiais de higiene aos indígenas nas aldeias, inclusive as localizadas nos centros urbanos, a fim de garantir segurança alimentar e evitar o deslocamento dos indígenas para as cidades, não impondo qualquer restrição em razão do estágio do processo demarcatório da terra indígena, incluídas as áreas reivindicadas e retomadas.
Garanta a presença de Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena em todas as aldeias [...].
Garanta a remoção dos indígenas, sempre que a emergência do caso recomende [...].

Por parte do Governo Federal, o Ministério da Saúde emitiu Nota Informativa Nº 3/2020-DASI/SESAI/MS, Assunto: Orientações sobre entrega de cestas de alimentos para comunidades indígenas. A Sesai reforçou a recomendação para a população indígena evitar sair das aldeias e se dirigir aos centros urbanos para evitar a transmissão do vírus, diminuindo dessa forma o impacto sobre os serviços de saúde. No esforço de garantir a segurança alimentar das famílias indígenas, a mesma se dispôs a apoiar o repasse de cestas básicas.

⁸ Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/04/coronavirus-uma-outra-ameaca-a-vida-das-populacoes-indigenas/> (Pesquisa realizada em 04 de maio de 2020).

Apesar dos limites orçamentários e logísticos, os esforços empreendidos por profissionais ligados as Secretarias Municipais de Saúde, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), as Secretarias Municipais de Assistência Social, as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, as Secretarias Municipais de Saúde, a 3ª Coordenadoria de Saúde do RS, a Emater e a Cáritas vêm contemplando razoavelmente, até o presente (início de maio), as demandas por alimentos e medicação dos povos indígenas na região sul do RS.⁹

Somando-se a tais projetos, a Cáritas, o CIMI, a Emater/RS-Ascar e o NETA/UFPEL se uniram para desencadear campanhas via redes sociais de arrecadação de recursos para complementar as cestas básicas que serão entregues nas aldeias.

PARCERIA ENTRE CÁRITAS, CIMI, EMATER/RS-ASCAR E NETA/UFPEL

Considerando que a presença da Cáritas, CIMI, Emater/RS-Ascar e NETA/UFPEL nas comunidades indígenas da região acontece há tempo, ligando-se aos esforços institucionais já implementados, o entendimento comum foi de “fortalecer” os Mbyá-Guarani e os Kaingang da metade sul do Rio Grande do Sul frente a pandemia de Covid-19. Essa ação de apoio levou em consideração o fato que essa região, apesar da presença originária dos Guarani, tem um histórico recente de aldeias constituídas de forma permanente e, conseguinte, de reconhecimento por parte do Estado brasileiro.

Realizando um breve histórico, a Cáritas teve participação fundamental para a conquista dos Kaingang da área de 7,5 hectares da Gyró¹⁰, e, posteriormente, pela implementação de infraestrutura nesse espaço, em especial, na obtenção de recursos e na construção de moradias para as famílias.

A partir do trabalho da Emater/RS-Ascar, as famílias Mbyá-Guarani da Kapií Ovy e Kaingang da Gyró acessaram o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que incentiva práticas laborais, sejam elas agropecuárias, contribuindo tanto para a segurança alimentar como para o acréscimo da renda familiar, além de proporcionar a participação em cursos de formação.¹¹

⁹ Importante dizer que a campanha foi estabelecendo outras parcerias. O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA-RS) direcionou 50 cestas básicas, o Cuidativa (Centro Regional de Referência em Cuidados Paliativos), da UFPEL, disponibilizou 300 máscaras de proteção facial; além disso, há doações de pessoas físicas, como um casal que repassou 150Kg de carne para os Mbya-Guarani e os Kaingang.

¹⁰ A Cáritas e a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) apoiaram os Kaingang na construção do Decreto Municipal nº 5.932, de 30 de julho de 2016, assinado pelo então Prefeito Eduardo Leite, que definiu a Gyró como sendo área de “Especial Interesse Social e Cultural para fins de assentamento da Comunidade Kaingang”.

¹¹ Devido a importância do artesanato como fonte de renda e prática que expressa a identidade cultural das duas etnias, também foi garantido o acesso de artesã(o)s indígenas em espaços governamentais de feiras locais e regionais (Fenadoce, Expofeira, Festa do Morango e Festa da Colheita do Pêssego).

Por sua vez, o Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA) tem possibilitado suporte às atividades acadêmicas na UFPel cujos temas estão relacionados aos povos indígenas, como, por exemplo, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, além do desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão – como é o caso dessa parceria.¹²

Enfim, após tratativas da Cáritas com o CIMI-RS, visualizou-se que a entidade missionária, vinculada à Igreja Católica, não teria estrutura suficiente para atender de forma resolutiva a região sul do RS. A partir desta constatação, a Cáritas, o Neta e a Emater/RS-Ascar juntaram esforços na campanha “Adote Uma Família Indígena”¹³, tendo como objetivo contemplar com cestas básicas as 34 famílias Mbyá-Guarani e 20 famílias Kaingang, totalizando 54 famílias e 217 indígenas, situadas nos municípios de Pelotas, Rio Grande¹⁴, Canguçu e Cristal.

Com a assertiva do aporte público (principalmente em Pelotas e Rio Grande) a campanha Adote Uma Família Indígena passou a focar na complementaridade das cestas básicas entregues, visto que as mesmas são escassas em diversidade e quantidade de gêneros necessários ao isolamento social dentro das aldeias.

Em linhas gerais, a campanha em curso tem oportunizado, a partir de uma comunicação direta com as lideranças Mbyá-Guarani e Kaingang, o suprimento das necessidades básicas alimentares. Com isso, a ideia inicial é que durante a pandemia os indígenas diminuam sua mobilidade e permaneçam em isolamento social em suas respectivas comunidades, protegendo assim a sua saúde e continuidade individual e coletiva.¹⁵

Mas, efetivamente, as respostas desses coletivos frente à pandemia de Covid-19 são diferentes e demarcam as suas especificidades culturais.

AS VOZES INDÍGENAS MBYÁ-GUARANI E KAINGANG SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19

Pode-se dizer que os profissionais ligados ao Adote Uma Família Indígena têm reparado que cada etnia e cada contexto social têm oportunizado uma resposta à Pandemia de Covid-19. Assim, por exemplo, a percepção de algumas lideranças é de que os Mbyá-Guarani são imunes a tal contágio devido, primeiro,

¹²Por exemplo, o projeto Etnologia Ameríndia e Mitologia, Intelectuais e Epistemologias Ameríndias: Um saber intercultural em Foco, Mostra de Filmes Etnográficos: Olhar, Escutar e Sentir a Sabedoria Ameríndia, Mostra de Filmes Etnográficos, A Temática Indígena na Escola: Diversidade de Saberes, entre outros.

¹³A Campanha arrecada a doação individual de uma contribuição mensal de 80 reais mensais e/ou qualquer valor, enquanto durar os efeitos de isolamento social da pandemia. Tal valor prevê gastos por família, sendo 60 reais para a cesta básica e 20 reais para material de higiene e limpeza.

¹⁴Devido às dificuldades de acesso a alimentos com proteína animal, 21 famílias Mbyá, de Rio Grande, passaram a contar com o repasse de recursos do Adote Uma Família Indígena.

¹⁵Até o início de maio a campanha já contabilizou recursos superiores a 2 mil reais às 49 famílias e 217 indígenas dos municípios citados. Algumas ações pontuais, mas também importantes, merecem destaque como a viabilização de recursos e meios de transporte para três urgências hospitalares, por motivos não relacionados diretamente ao Covid-19 (dois partos e um AVC).

a proteção espiritual da sua maior divindade – Nhanderu – e, segundo, porque se trata de uma moléstia de branco.

Mas, há outras formas de manifestação. Uma delas é a da líder Mbyá-Guarani Maria Vilhalva Oliveira, da aldeia Kapi'i Ovy:

Então, assim, a preocupação da minha família é que não dá mais para sair. Eu não faço mais artesanato, por causa do vírus, tem que ficar em casa. Aqui na minha aldeia, eu e minha família ficamos em casa, assim que nos protegemos. Então, agora vou falar sobre o branco. Tem muita gente que ajuda, tem muita gente também que não ajuda porque não gosta de índio. Então, nos Guarani somos mais pobres do que os brancos, né? Agora, como é que nós vamos conseguir alimentos para as crianças, pois não dá mais para sair e vender artesanato para ajudar as crianças que nós temos, né? Era isso que eu tenho para falar.¹⁶

Tratando-se da relação dos Kaingang de outras regiões do RS, as respostas à Covid-19 são desde o isolamento, proibindo tanto a saída como a entrada de pessoas (índio ou branco) através do fechamento da terra indígena (TI) – situação da Penhkár (TI Rio da Várzea) – como a realização de rituais de banho com plantas (ervas) para proteção espiritual e física das crianças e adultos Kaingang (ou não) – caso do trabalho realizado pelos kujà (xamã) Jorge Kagnäg Garcia, Maria Kori Constante e Pedro Pó Mág no Capão Alto (TI Nonoi) e também pelo kujà Pedrinho da Silva Katân, na TI Rio dos Índios.

Com relação aos Kaingang da Gyró, na região sul do RS, a liderança Volmir Kanije Salvador tem a dizer o seguinte:

Sobre a situação dentro da nossa aldeia podemos dizer que está tudo bem até agora, ninguém infectado, mas a preocupação é grande. Nós lideranças vamos ter que tomar medidas mais drásticas para que ninguém venha a sair da aldeia se não for em caso de emergência, porque até agora ninguém tinha nos avisado sobre alguém estar infectado em Pelotas, aí o pessoal saía o tempo todo, ontem tivemos informação de que havia 24 pessoas infectadas, por isso vamos tomar essas medidas.

Já em relação ao recado dos Kaingang da Gyró para os brancos (brasileiros), Volmir Kanije fez o seguinte registro:

Você ama a sua família? Se você ama tua família faça algo que proteja tua esposa e filhos, faça isso por eles. Não fique achando que você é imune a isso. Você pode ser, mas seus filhos, seu avô e sua vovó são grupos de risco. Não é para passeio, vamos cuidar quem a gente ama. QUE DEUS VENHA NOS PROTEJER.

Em Pelotas, hoje, dia 09 de maio, tem 26 casos confirmados de contaminação de Covid-19 (7,6% de incidência para 100 mil habitantes), não havendo mortes até essa data. No RS, há 2.493 casos confirmados e 95 óbitos. No Brasil, há 145.328 casos confirmados, 9.897 mortes, somente no dia 8 de maio houve mais de 751 novos óbitos.¹⁷

¹⁶As vozes indígenas foram coletadas via aplicativo de mensagens Whatsapp, por três perguntas escritas: 1. Como está a situação do Coronavírus em sua aldeia? 2. Como estão as ações do Estado e outras organizações na defesa dos povos indígenas? 3. Que recado você gostaria de dar ao branco sobre esse momento que estamos atravessando? Os autores receberam por escrito as 2 respostas que constam no artigo, tendo sido usado o corretor ortográfico.

¹⁷Disponível em: <http://ti.saude.rs.gov.br/covid19/> e <https://covid.saude.gov.br/> (Pesquisa realizada em 09 de maio de 2020).

BIBLIOGRAFIA

DOMINGUES, Andressa Santos. **Kaingang da Gyró: Memória e Territorialização na Cidade de Pelotas**. Pelotas: Bacharelado em Antropologia, 2018 (Trabalho de Conclusão de Curso).

LOECK, Robson Becker (et alii). **Tem Índio em Pelotas!** In: <https://www.diario-popular.com.br/opiniao/tem-indio-em-pelotas-148625/>

MEGA, Orestes Jayme. **Mitologia e paisagem Mbyá-Guarani: ecologia simbólica da Tekoá Tavaí**, Cristal, Rio Grande do Sul. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT), 2016.

MILHEIRA, Rafael Guedes. Pelotas: 2.500 anos de história indígena. In: **O Almanaque do Bicentenário de Pelotas**, Pelotas, 2014.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. O Kujà Jorge Kagnãg Garcia: O xamanismo, a sua vida e o estado de espírito kaingang. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 365-400, jul/dez. 2017.

VALENTE, Rubens. **Os Fuzis e as Flechas. História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TEMPASS, Martín César. **“Quanto mais doce, melhor”**. Um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFRGS), 2010.